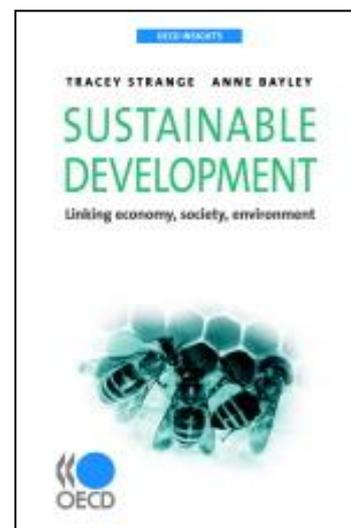


OCDE Insights

Desenvolvimento sustentável: Linking Economy, Society, environment

Summary in Portuguese



Essenciais OCDE

Desenvolvimento sustentável: Economia, Sociedade e ambiente interligados

Sumário em português

- Actualmente vemos a expressão “desenvolvimento sustentável” por todo o lado, mas o que significa exactamente esta expressão? De que forma a produção e o consumo influenciam a sustentabilidade? A globalização da economia está a ajudar ou a retardar o desenvolvimento sustentável? Podemos medir a sustentabilidade utilizando as ferramentas tradicionais da análise económica? O que podem fazer os governos, empresas e cidadãos para promoverem o desenvolvimento sustentável?
- Este livro da série *Essenciais* OCDE formula as perguntas e apresenta as ideias, temas e tendências que modelam o nosso pensamento sobre a sustentabilidade. Defende que apesar de o conceito ser frequentemente visto como essencialmente ambiental, a sustentabilidade versa, de facto, sobre a utilização do desenvolvimento económico para a promoção de uma sociedade mais justa respeitando os ecossistemas e os recursos naturais.
- Esta não é uma tarefa fácil, e as escolhas que nós, enquanto cidadãos, ou os nossos governos têm que fazer irão normalmente envolver dilemas. O *Desenvolvimento Sustentável* realça esses desafios, e sugere o que poderá ser feito para os vencermos.

Sabia que?

- Uma em cada quatro pessoas no mundo desenvolvido vive na pobreza total.
- São vendidos mil milhões de telemóveis por ano e, em média, cada utilizador muda de telemóvel a cada 18-24 meses.
- Para fazer um hambúrguer são necessários 2400 litros de água.

O termo “desenvolvimento sustentável” começa a ter ampla aceitação nos finais dos anos 80, após o seu aparecimento no relatório “*Our Common Future*”, igualmente conhecido como “*The Brundtland Report*”. Como resultado de uma reunião de uma comissão da ONU criada para propor “uma agenda global para a mudança” do conceito e das práticas de desenvolvimento, o relatório assinalava a urgência de repensarmos os nossos modos de vida e de governo.

Há dois pontos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, o reconhecimento de que a economia cresce por si só não é suficiente para resolver os problemas do mundo: os aspectos económicos, sociais e ambientais de qualquer acção encontram-se interligados. Considerar um destes aspectos de cada vez leva a erros de julgamento e a resultados “insustentáveis”. O facto de nos centrarmos apenas nas margens de lucro, por exemplo, levou no passado a danos sociais e ambientais pelos quais a sociedade acabou por pagar. No entanto, cuidar do ambiente e fornecer serviços que as pessoas necessitam depende, pelo menos parcialmente, de recursos económicos.

Seguidamente, a natureza interligada do desenvolvimento sustentável pede que se ultrapassem os limites, geográficos ou institucionais, para se coordenarem estratégias e elaborarem boas decisões. Os problemas raramente se circunscrevem a jurisdições predefinidas, como é o caso de uma agência governamental ou uma única vizinhança, e as soluções inteligentes requerem que a cooperação faça parte do processo de elaboração de decisões.

No âmago do desenvolvimento sustentável encontra-se a necessidade de considerar simultaneamente “três pilares”: sociedade, economia e ambiente. Seja qual for o contexto, a ideia base é sempre a mesma – as pessoas, habitats e sistemas económicos estão interligados. Podemos ignorar essa interdependência durante alguns anos ou décadas, mas a História mostrou-nos que dentro em breve somos lembrados disso por um qualquer tipo de alarme ou crise.

O contexto histórico, económico, social e político de cada país é único, mas os princípios básicos do desenvolvimento sustentável aplicam-se a todos. O desenvolvimento económico é essencial, mas o crescimento por si só, sem a compreensão de todos os factores que contribuem para o bem-estar, não reduz a sustentabilidade da pobreza. O crescimento económico está geralmente interligado com todas as melhorias na qualidade de vida, níveis mais altos de educação e esperança de vida ao nível do país, mas tal não nos indica como é alcançado este crescimento; se é ou não duradouro e que quem dele beneficia ou é deixado para trás.

Valores materiais e não materiais

Vivemos numa sociedade onde o crescimento e a actividade económica foram durante muito tempo o ponto central. O PIB mundial aumentou de cerca de \$16 milhões de milhões de milhões em meados

dos anos 70 para mais de \$40 milhões de milhões de milhões actualmente. As empresas estão a produzir mais em série tudo e sempre a inventar novos produtos. Embora a pobreza e a privação ainda existam, a maioria das pessoas nos países da OCDE gozam de um nível de vida que lhes permite gastarem uma parte dos seus rendimentos noutros bens e serviços para além da alimentação, alojamento, vestuário e outros básicos.

Atribuir valores a coisas que antes se encontravam fora dos sistemas de contabilidade, orçamentos e medições é um grande desafio. Por exemplo, não é fácil atribuir um valor aos recursos naturais. Nalguns casos, como é o da floresta, podemos calcular o valor do que é produzido porque é comprado e vendido e, por isso, possui um valor monetário. No entanto, sabendo que o valor da madeira nada nos diz sobre o seu valor relativamente a contrabalançar as emissões de CO₂, o seu papel na preservação da biodiversidade ou o seu valor espiritual e cultural para as pessoas cujos modos de vida dela dependem.

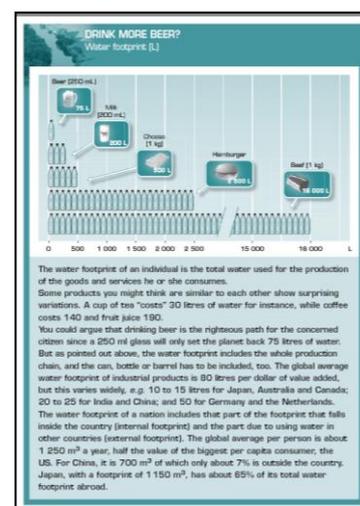
Não parece que as tendências nos padrões de produção e consumo globais venham a mudar de forma significativa. Os bens estão a tornar-se mais baratos e a serem transportados em montantes cada vez maiores de um lado ao outro do planeta. A tecnologia pode reduzir alguns dos impactos negativos na sustentabilidade, mas irá criar outros, e as melhorias tecnológicas são muitas vezes ultrapassadas pelo crescimento do consumo. Por exemplo, actualmente os automóveis são muito mais eficazes ao nível do combustível do que eram antes, mas a poluição do ar é cada vez maior porque muitas mais pessoas possuem automóveis.

A experiência das últimas décadas mostrou que o fornecimento de produtos sustentáveis para o nicho de mercado de consumidores de “verde” ou “comércio justo” não é suficiente para alterar os padrões numa escala mais ampla, embora tenha constituído um factor significativo na orientação dos produtores e consumidores para uma nova direcção.

Cada vez mais pessoas estão conscientes do impacto que as suas escolhas têm no mundo que as rodeia. Os problemas relacionados com o consumo insustentável – o custo do petróleo, por exemplo – começaram a afectar o consumidor médio de formas mais concretas. Como resultado, um crescente número de consumidores começa a colocar perguntas importantes sobre o que compra: que quantidade de lixo é criada pelo produto e pela sua embalagem; que quantidade de água, energia e outros recursos são aplicados na sua produção (e na sua eliminação); e quais são as condições de vida e de trabalho das pessoas que o produzem.

Os fabricantes estão a conceber mais produtos que atraiam pelas suas qualidades estéticas ou a sua fácil utilização, *bem como pela* sua sustentabilidade ambiental e social. As alterações na consciência dos consumidores e a proliferação de produtos e serviços nos últimos anos são encorajadoras. Alguns críticos e advogados de consumidores assinalam correctamente que alguns destes produtos são “ninharias” ou

Beber Mais Cerveja? Pegada de Água (L)



“greenwashing”. Os produtos que dizem ser amigos do ambiente podem mostrar-se muito pouco amigos quando se lê a lista de ingredientes ou se analisa o ciclo completo da vida do produto. O facto que cada vez mais pessoas e actividades comerciais reconheçam e desejem mesmo capitalizar este reconhecimento mostra que a massa crescente apela à sustentabilidade.

Medindo a sustentabilidade: o que devemos contar e quando?

À primeira vista, medir o desenvolvimento sustentável parece ser impossível. O tema é muito vasto e possui muitas influências – alteração climática, protecção social das crianças, éticas de negócio, política governamental, tendências dos consumidores, só para mencionar algumas. Sabemos que o desenvolvimento sustentável envolve variáveis económicas, sociais e ambientais – e todas elas devem ser medidas de alguma forma. Existem indicadores das medidas tradicionais macroeconómicas em abundância, como é o caso do produto interno bruto (PIB) e da produtividade; indicadores ambientais, como o consumo de água e emissões; estatísticas sociais, como a esperança de vida e níveis de ensino. Mas quais são os indicadores mais importantes para o desenvolvimento sustentável?

A questão é ainda mais dificultada pelo facto de o desenvolvimento sustentável ser, para além de multidimensional, ser um conceito dinâmico. Para se quantificar o desenvolvimento sustentável é necessário conciliar os vários parâmetros incluindo horizontes temporais. Os fenómenos económicos, sociais e ambientais actuam em ritmos diferentes uns dos outros. Consideremos a economia: se planear um grande projecto de energia, tem que pensar pelo menos nos próximos 50 anos, mas se negociar nos mercados financeiros, os nanossegundos que levam os dados dos preços irem de uma troca para outra podem significar ganhos ou perdas substanciais. O ambiente mostra como o ritmo da troca pode acelerar de repente, como os stocks de peixe desaparecem rapidamente após durante muitos anos terem diminuído lentamente.

Além disso, temos que ter presente o facto de que o desenvolvimento sustentável é um processo que interliga o que aconteceu no passado ao que agora fazemos, que por sua vez influencia as opções e resultados do futuro. E desenvolver medidas não é exercício puramente estatístico ou técnico, afecta duas das áreas mais sensíveis em todas as sociedades: responsabilidade governamental e participação social. Um ingrediente-chave do processo democrático é a medição do progresso no desenvolvimento sustentável com informação fiável. Torna os governos mais responsáveis e proporciona às pessoas uma ferramenta para participarem de forma mais activa na definição e avaliação dos objectivos das políticas.

A ideia-chave do desenvolvimento sustentável é a ligação entre o bem-estar da actual geração e o bem-estar das futuras gerações. Para estabelecermos esta ligação podemos usar a “Capital Approach” (Abordagem Capital), um quadro para medir o desenvolvimento

sustentável que opera segundo o princípio de que para se sustentar o bem-estar ao longo do tempo é necessário certificarmos-nos que voltamos a colocar ou conservamos a riqueza nas suas diferentes componentes. Com este modelo, a base total do capital de uma sociedade abrange cinco tipos individuais:

- *Capital financeiro* como acções, obrigações e depósitos em numerário;
- *Capital produzido* como maquinaria, edifícios, telecomunicações e outros tipos de infra-estruturas;
- *Capital natural* na forma de recursos naturais, terra e ecossistemas que fornecem serviços como a absorção de resíduos;
- *Capital humano* na forma de uma mão-de-obra com estudos e saúde;
- *Capital social* na forma de redes e instituições sociais.

Ao concebermos estas diferentes formas de capital como contribuições para a produção do bem-estar permite-nos calcular a riqueza nacional como a soma de vários tipos de capital.

A governança da incerteza

Os meios de comunicação realçam frequentemente o papel das empresas e dos indivíduos no desenvolvimento sustentável, mas os governos podem ter muito mais influência do que a maior multinacional. A sua capacidade de influenciar comportamentos e coordenar esforços pode fazer toda a diferença na produção de resultados substanciais. Um dos maiores desafios que os governos enfrentam é encontrar as ferramentas políticas certas para impulsionar as práticas de produção e consumo correctas e evitar sobreposição e inconsistência. Convencer os produtores e os consumidores a mudar nem sempre é a forma mais eficiente para lidar com as questões, nem é suficiente para produzir uma mudança suficientemente grande a uma escala suficientemente larga. Geralmente, o produtor ou consumidor individual possui pouco poder e pouco interesse para mudar as coisas. No entanto, os governos têm a grande vantagem de poderem fazer leis e impor regulamentações. Uma das soluções à sua disposição é simplesmente proibir produtos e comportamentos que parecem ser mais nocivos que benéficos. Foi o que aconteceu com os CFCs (gases usados em refrigerantes e sprays aerossol) que prejudicavam a camada de ozono.

Os impostos relacionados com o ambiente (“verdes” ou “ecoimpostos”) e comércio de direitos de emissão podem igualmente ser instrumentos eficazes. Podem forçar os poluidores (sejam eles produtores ou consumidores) a ter em conta os custos da poluição e podem ajudar a reduzir a procura de produtos nocivos. O imposto irlandês “plastax” de 2002 levou a uma redução de 90% da utilização

de sacos de plástico.

Os governos podem realizar várias tarefas que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Através da reunião e análises de dados, elaboração e coordenação das políticas, podem fornecer apoio e liderança para orientar a sociedade para uma determinada direcção. Podem fazer com que os interesses individuais não se desviem do bem comum. Os governos intervêm igualmente para lidar com o que os economistas designam por “fracassos de mercado”, situações nas quais as forças de mercado por si só não produzem o resultado mais eficaz. E dada a natureza global de muitos dos desafios que a sustentabilidade enfrenta, os países têm que cooperar aos mais elevados níveis para conceber e aplicar soluções. Os governos nacionais possuem a autoridade e o poder para tal e possuem igualmente os meios para se certificarem que as decisões são aplicadas.

Ao descrevermos o papel do governo, é fácil dar a impressão que a governança para o desenvolvimento sustentável é meramente uma questão de identificar objectivos e, de seguida, implementar uma série de medidas e órgãos para as supervisionar. Não é assim. Quase todos os aspectos da economia, sociedade e os recursos físicos dos quais dependem no fim de contas, influenciam a sustentabilidade. Os resultados dependem de um número infinito de interacções que agem em diferentes períodos de tempo e importância variada. Nenhum modelo, por muito que seja robusto, nenhuma previsão por muito que seja penetrante pode dizer-nos tudo o que gostaríamos de saber. Os governos que tentam implementar a sustentabilidade têm que lidar com esta incerteza. Não só os seus objectivos têm que ser sustentáveis, mas igualmente as estratégias e os instrumentos utilizados para os alcançar. Têm que ser suficientemente rigorosos para serem eficazes, mas suficientemente flexíveis para se adaptarem à medida que as circunstâncias e prioridades evoluem. Face à incerteza, a própria governança tem que ser sustentável.

O texto integral da publicação pode ser consultado em www.oecd.org/insights

Este sumário contém **StatLinks**, um serviço que fornece ficheiros Excel™ a partir da página impressa.

OECD 2008

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

